

**Léo Peruzzo Júnior
Bortolo Valle
Organizadores**

FILOSOFIA DA LINGUAGEM

2ª Edição

 PUCPRESS

**Léo Peruzzo Júnior
Bortolo Valle
Organizadores**

FILOSOFIA DA LINGUAGEM



Curitiba
2016

©2016, Léo Peruzzo Júnior, Bortolo Valle
2016, PUCPress

Este livro, na totalidade ou em parte, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa por escrito da Editora.

**Pontifícia Universidade Católica do Paraná
(PUCPR)**

Reitor

Waldemiro Gremski

Vice-reitor

Paulo Otávio Mussi Augusto

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Paula Cristina Trevilatto

Conselho Editorial

Auristela Duarte de Lima Moser

Cilene da Silva Gomes Ribeiro

Eduardo Biacchi Gomes

Evelyn de Almeida Orlando

Jaime Ramos

Léo Peruzzo Júnior

Lorete Maria da S. Kotze

Rodrigo Moraes da Silveira

Ruy Inácio Neiva de Carvalho

Vilmar Rodrigues Moreira

Zanei Ramos Barcellos

Editora Universitária Champagnat

Coordenação editorial

Michele Marcos de Oliveira

Editor

Marcelo Manduca

Editora de arte

Solange Freitas de Melo Eschippo

Preparação de texto

Amanda Rodrigues Soares

Revisão

Amanda Rodrigues Soares

Marcelo Manduca

Capa e projeto gráfico

Rafael Matta Carnasciali

Diagramação

Rafael Matta Carnasciali

Solange Eschippo

Editora Universitária Champagnat

Rua Imaculada Conceição, 1155 - Prédio da Administração - 6º andar

Campus Curitiba - CEP 80215-901 - Curitiba / PR

Tel. (41) 3271-1701

editora.champagnat@pucpr.br – editorachampagnat.pucpr.br

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

F488 Filosofia da linguagem / Léo Peruzzo Júnior, Bortolo Valle, organizadores. –
2016 Curitiba : PUCPress, 2016.
272 p. ; 23 cm.

Vários autores
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-68324-43-1

1. Linguagem e línguas - Filosofia. I. Peruzzo Júnior, Léo. II. Valle, Bortolo.

CDD 20. ed. – 401

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| Apresentação | 5 |
| Significado e Cognição: o legado de Frege | 9 |
| <i>João Branquinho</i> | |
| Bertrand Russell: em busca da objetividade | 53 |
| <i>Guido Imaguire</i> | |
| Ludwig Wittgenstein: mundo, linguagem e sentido | 79 |
| <i>Léo Peruzzo Júnior, Bortolo Valle</i> | |
| Neopositivismo e linguagem | 99 |
| <i>Nelson Gonçalves Gomes</i> | |
| Rudolf Carnap: ciência unificada e estruturas linguísticas | 149 |
| <i>Gelson Liston</i> | |
| Alfred Tarski: a semântica da verdade em linguagens naturais e formais | 169 |
| <i>Garibaldi Sarmento</i> | |
| John Austin: sobre a teoria dos atos de fala | 187 |
| <i>Kanavilil Rajagolapan</i> | |
| John Searle: atos de fala, intencionalidade e linguagem | 209 |
| <i>Tárik de Athayde Prata</i> | |
| Linguagem comum e metafísica descritiva em P. F. Strawson | 247 |
| <i>Itamar Luís Gelain, Jônadas Techio</i> | |
| Sobre os autores | 268 |

APRESENTAÇÃO

Na esteira do que escreveu Richard Rorty, em *The Linguistic Turn: Recent Essay in Philosophical Method*, editada em 1967, a *Filosofia da Linguagem* é motivada pelo desejo de dizer algo sistemático acerca de nossa noção intuitiva de significado. A modelização e formalização do mundo pelo discurso são, sem sombra de dúvidas, um projeto perseguido por diversos autores da história da filosofia. Neste sentido, um *dizer sistemático* sobre a noção de significado implica ir além da compreensão linguística ordinária. Não é possível esgotar as possibilidades do mundo, mas seria possível esgotar a estrutura simbólica pela qual dizemos o mundo. É aqui que encontramos o projeto da Filosofia da Linguagem em suas *teorias formais e informais acerca do significado*.

Mundo e Linguagem são fios de um mesmo tecido que se cruzam na estrutura desta obra. De um lado, a tessitura do mundo que, do ponto de vista epistemológico, nos lega o problema da objetividade; do outro, a linguagem, com seu formalismo e/ou dinamismo pragmático, sendo responsável por construir nossas representações acerca do conhecimento. O modo como estas duas questões são pensadas, especialmente ao longo do século XX, tornam-se um diagnóstico das escruzilhadas conceituais que congregam a “Filosofia da Linguagem”. Assim, seja na tradição Analítica ou na tradição Continental encontramos um universo permeado por (pseudo)problemas linguísticos (ceticismo, relativismo, formalismo, entre outros) que merecem uma perspicaz análise exegética. Este livro procura apresentar o trabalho dos principais autores contemporâneos que se evidenciam no campo da Filosofia da Linguagem. Longe de uma visão comum, a obra foi escrita pelos principais especialistas do Brasil e Portugal [João Branquinho, Guido Imaguire, Léo Peruzzo, Bortolo Valle, Nelson Gomes, Gelson Liston, Garibaldi Sarmento, Kanavilil Rajagolapan, Târik de Athayde Prata, Itamar Gelain e Jônadas Techio], buscando mostrar ao público

leitor o quadro de Referências que compõem a Filosofia da Linguagem. Partindo do problema fregeano e russelliano, a obra se desdobra nos desafios de pensar o papel da linguagem após a virada operada por Ludwig Wittgenstein. Do Neopositivismo Lógico à Teoria dos Atos de Fala, encontramos duas características extremas: ou compreendemos “a linguagem” enquanto um fenômeno científico, geral, ou aceitamos a forma ilocucionária e performativa que nosso discurso carrega.

Herdeira de problemas sintáticos, semânticos, pragmáticos e hermenêuticos, a Filosofia da Linguagem procura alcançar um meticoloso exame das teorias filosóficas contemporâneas. Seu êxito está em mostrar a relevância destes problemas linguísticos para o cenário filosófico em geral, procurando clarear as barreiras estruturais e conceituais que cada teoria poderia oferecer.

Por fim, gostaríamos especialmente de agradecer aos Autores que fazem parte desta obra. O mérito deste trabalho é apenas um reflexo de suas prestigiosas pesquisas e de sua atuação acadêmica. Além destes, somos inteiramente gratos ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Filosofia da PUCPR e à Editora Universitária Champagnat pelo apoio e incentivo na execução deste projeto.

Léo Peruzzo Júnior
Bortolo Valle

SIGNIFICADO E COGNIÇÃO: O LEGADO DE FREGE

João Branquinho

ULisboa - Universidade de Lisboa

Queremos neste ensaio caracterizar de modo introdutório o essencial do legado de Gottlob Frege para a Filosofia da Linguagem contemporânea, identificando e caracterizando os traços distintivos mais genéricos de uma teoria do significado¹ (ou conteúdo semântico) inspirada nas suas ideias seminais e contrastando-a com outras concepções actuais influentes acerca do significado, em especial as posições sobre o conteúdo singular (conteúdo expresso por nomes próprios e outros termos singulares) remotamente inspiradas em ideias de John Stuart Mill.

Vamos considerar para o efeito dois grandes pontos de vista rivais e mutuamente inconsistentes sobre a natureza do conteúdo semântico, linguístico ou mental, os quais têm ocupado nas últimas décadas uma posição saliente na discussão efectuada na área dos Fundamentos da Semântica². Cada um desses pontos de vista não deve ser tomado como consistindo numa teoria filosófica particular, mas antes, como subsumindo um vasto espectro de posições semânticas

¹ O termo “significado” é usado ao longo deste ensaio na acepção estrita de conteúdo semântico. Assim, o significado de uma frase usada num certo contexto é aquilo que é literalmente expresso ou dito pela frase relativamente ao contexto em questão; e o significado de uma expressão ou unidade sub-frásica num contexto de uso é aquilo que a expressão contribui para o significado de uma frase em que ocorra relativamente ao contexto em questão. Naturalmente, há muitos outros significados do termo “significado”.

² É útil a este respeito a distinção feita por Ned Block (1998: 242) entre Semântica Metafísica e Semântica Linguística. Ver também Fodor and Lepore 1991: 328. 3. O tópico da natureza do significado frásico, ou da proposição, continua a ser objecto de discussão intensa na Filosofia da Linguagem mais recente. Ver a este respeito o volume King, Soames and Speaks (eds.) 2014, em especial o artigo de Soames (9-24), “Why the Traditional Conceptions of Propositions Can’t be Correct”.

particulares as quais, apesar das diferenças por vezes substanciais que as separam, são suficientemente semelhantes — com respeito a certos aspectos nucleares — para poderem ser vistas como formando uma família de teorias do significado.

Por uma questão de conveniência, os pontos de vista em questão são designados como ponto de vista Fregeano ou *Cognitivista* e ponto de vista *Milliano* ou *Referencialista*³. Alguns dos rótulos sugerem imediatamente filiações históricas dos pontos de vista nas teorias filosóficas e semânticas expostas por Frege e Mill (respectivamente). No entanto, e apesar de haver mais do que um grão de verdade em tais correspondências, convém salientar que a nossa tarefa não é de todo, nem parcialmente, de natureza histórica ou exegética⁴. Queremos caracterizar certas posições — situadas no espaço lógico, por assim dizer — e examinar criticamente determinados argumentos a seu favor; mas queremos em geral fazê-lo de um modo relativamente independente da existência de quaisquer figuras, na história do pensamento, que as tenham de facto subscrito. Determinar se Frege foi de facto um Fregeano (no sentido a seguir especificado), ou se Mill foi de facto um Milliano (no sentido a seguir especificado), pode ser um exercício interessante; mas é irrelevante para os nossos fins. Não é assim surpreendente que algumas das teses introduzidas como exemplificando o ponto de vista Fregeano, ou o ponto de vista Milliano, estejam presumivelmente longe de poder ser correctamente atribuídas a Frege, ou a Mill (muito embora, como vamos ver, isso seja mais o caso em relação a Mill do que em relação a Frege).

É útil e sugestivo delinear o contraste entre as duas concepções, embora de forma ainda provisória — a ser oportunamente refinada —, em termos da maneira como em que cada uma delas é vista a conexão entre aspectos relativos ao conteúdo, linguístico ou mental, e aspectos

³ “Teorias da Referência Directa” é também uma designação comum para esta última família de posições.

⁴ Mesmo que a história ou a exegese incidam sobre autores relativamente recentes (e.g. Willard Quine ou Saul Kripke), isso não faz com que ela deixe de ser história ou exegese.

relativos à mente e à cognição⁵. Com efeito, a ideia condutora da Filosofia da Linguagem de Frege é, por meio da sua noção-chave de “*senti-do*” (*Sinn*) ou modo de apresentação⁶, a ideia de que questões acerca do significado ou conteúdo semântico de uma expressão linguística são, em geral, determinadas por questões acerca do valor e papel cognitivo da expressão relativamente a um utilizador competente.

Todavia, antes de delinear o contraste entre as duas concepções nesses termos é conveniente dar uma vista de olhos por um terceiro grande ponto de vista sobre a natureza do conteúdo, um ponto de vista com origem na chamada *semântica de mundos possíveis*. Embora, como vamos ver, a designação não seja completamente feliz, chamamos a essa concepção *intensionalismo modal*⁷.

Apesar de gozarem ainda de algum prestígio e terem muita coisa que as recomende, as teorias intensionalistas modais do conteúdo têm correntemente muitos opositores. Uma das razões para tal é a de que, parcialmente, em virtude da sua rejeição da suposição de que proposições (significados frásicos) são constitutivamente dotadas de uma estrutura interna. Essas teorias conduzem a uma discriminação de conteúdos tão rude que é tomada por muita gente como um sinal claro de uma deficiência irremediável. A adopção da suposição acerca da estrutura é algo que é comum às teorias referencialistas e cognitivistas, separando ambas do intensionalismo modal e tornando-as aparentemente imunes àquele gênero de alegada deficiência. Por outro lado, a adopção da suposição da insensibilidade geral do significado à cognição é algo que é comum às teorias referencialistas e intensionalistas modais, separando ambas do cognitivismo de Frege.

⁵ “Cognição” é aqui empregue no sentido genérico de aquisição e processamento de informação de qualquer tipo.

⁶ Ver Frege 1952. Em especial, 57-62. E também Frege 1979.

⁷ Robert Stalnaker é um dos mais conhecidos proponentes de uma teoria modal do conteúdo. Ver as suas colecções de ensaios Stalnaker 1987 e a mais recente Stalnaker 1999. Sobre a concepção de proposições (significados frásicos) como conjuntos de mundos possíveis, ver também o clássico Lewis 1986, em especial a secção 1.5.

Intensionalismo Modal

Com vista a caracterizar o intensionalismo modal, precisamos introduzir com algum detalhe uma distinção semântica com profundas raízes na tradição: a distinção entre intensões e extensões.

Distingue-se tradicionalmente do seguinte modo entre dois tipos de valor semântico que uma determinada expressão linguística, de uma determinada categoria, pode ter⁸. De um lado, temos o objecto ou os objectos (caso existam) aos quais a expressão linguística se aplica, os quais constituem a *extensão* da expressão; do outro lado, temos o conceito por ela expresso, ou a representação conceptual de um objecto nela contida, a qual constitui a *intensão* da expressão linguística. Exemplos típicos da distinção são dados em pares de termos singulares complexos do seguinte género. A extensão do termo singular “O Mestre de Platão” coincide com a extensão do termo singular “O marido de Xantipa”, pois ambos os termos se aplicam a um e ao mesmo indivíduo, Sócrates. Pode-se a este respeito dizer que a pessoa Sócrates, ela própria é a extensão de ambos os termos; e, de acordo com esta política, aquilo que se deve dizer acerca de termos singulares como “Pégaso” e “A Fonte da Juventude” é que eles não têm qualquer extensão. Mas, é igualmente possível adoptar a ideia de que a extensão de um termo singular é, estritamente falando, não o objecto referido pelo termo (se esse objecto existir), mas antes, o conjunto-unidade desse objecto; assim, a extensão comum a ambos os nossos termos singulares seria, não Sócrates, e sim o conjunto-unidade de Sócrates. Neste último género de construção, a não-existência de um objecto referido por um termo singular não faz com que o termo não tenha uma extensão: esta é identificada com o conjunto vazio; e uma consequência disto é a de que todos os termos singulares vazios, e.g., “O maior número primo”, “O abominável Homem das Neves”, etc., são co-extensionais (têm a mesma extensão). Todavia, apesar de co-extensionais, termos singulares como “O Mestre de Platão” e “O marido de Xantipa” diferem manifestamente em intensão, pois diferem manifestamente em conteúdo conceptual; digamos que a noção de uma

⁸ Ver o Capítulo I do clássico Carnap 1947.

relação pedagógica está presente no primeiro e ausente no segundo, e que a noção de uma relação de parentesco está ausente no primeiro e presente no segundo.

O mesmo tipo de divisão de valores semânticos pode-se fazer em relação a termos gerais, como, por exemplo, o já clássico par de termos “humano”/ “bípede sem penas”. A classe de todos aqueles, e só daqueles, objectos aos quais o primeiro termo se aplica é (presumivelmente) idêntica à classe de todos aqueles, e só daqueles, objectos aos quais o segundo termo se aplica: os termos são assim co-extensionais; porém, a variação nos conceitos expressos, ou nas condições que eles impõem para que um objecto pertença à sua extensão, faz com que esses termos gerais tenham intensões distintas: o conceito *Humano* não é, certamente, o mesmo conceito do que o conceito *Bípede sem penas*. A predicados diádicos como “admira” e “é mais pesado do que”, também é possível atribuir extensões e intensões. A extensão de um predicado diádico é, simplesmente, uma relação “extensionalmente” concebida, ou seja, um conjunto de pares ordenados de objectos; assim, a extensão do predicado diádico “admira” é o conjunto de todos aqueles pares ordenados de pessoas x e y tais que x admira y , incluindo deste modo (presumivelmente) o par <Platão, Sócrates>. A intensão de um predicado diádico é identificada com um conceito de uma relação; por conseguinte, predicados diádicos como “nora” e “mulher do filho” têm, possivelmente, a mesma intensão. E a distinção é naturalmente generalizável a predicados de aridade arbitrária e a outros gêneros de expressão, incluindo expressões sincategoremáticas como constantes lógicas e quantificadores.

Mais recentemente, e sobretudo, no âmbito do agregado de teorias semânticas agrupadas sob o rótulo de *semântica de mundos possíveis*⁹, a distinção tradicional foi objecto de uma importante redefinição e clarificação feita em termos da ideia de um mundo possível e da relativização associada de valores semânticos a mundos possíveis (e a outros parâmetros). A distinção revista é aplicada da maneira

⁹ Kripke 1960

abaixo esboçada a categorias centrais de expressões linguísticas, especialmente às de *termo singular*, *predicado* e *frase declarativa*.

A extensão de um termo singular relativamente a um mundo possível m é o objecto nomeado ou denotado pelo termo com respeito a m ; e diz-se que o termo não tem aí, qualquer extensão se um tal objecto não existir. Se o termo singular é uma descrição definida singular flácida (e.g., “A actual Rainha de Inglaterra”), então a sua extensão variará de mundo para mundo (Isabel II nuns, outra pessoa noutros, o conjunto vazio noutros); mas se é um nome próprio ou outro tipo de designador rígido (e.g., “Isabel II”), a sua extensão será constante de mundo para mundo (Isabel II em todos aqueles mundos em que este exista). Assim, no que diz respeito a termos singulares, a ideia é simplesmente a de identificar extensão e referência.

A extensão de um predicado monádico relativamente a um mundo possível m é a classe de todos aqueles, e só daqueles, objectos que satisfazem o predicado com respeito a m . É algumas vezes adoptada a política de restringir a extensão de um predicado monádico num mundo a objectos *existentes* nesse mundo, sobretudo se se tratar de um predicado simples ou atómico; nesse caso, se nenhum existente em m satisfaz o predicado, então a extensão do predicado relativamente a m é nula (o que, note-se, é o mesmo que dizer que é o conjunto vazio). Mas, também é habitual levantar a restrição e autorizar a inclusão, entre os membros da extensão de um predicado num mundo, de objectos que não existem nesse mundo (tais objectos devem, no entanto, existir em algum mundo, e ter assim o estatuto de meros *possibilia* em relação àquele mundo); nesse caso, aquela consequência não se segue de todo. Naturalmente, a extensão de um predicado monádico pode bem variar de mundo possível para mundo possível, mesmo supondo que os mundos não diferem entre si relativamente aos objectos neles existentes, mas apenas relativamente às propriedades por eles exemplificadas; a extensão de “filósofo” em m pode diferir da sua extensão em m' , e.g., por ser a classe vazia num e uma classe não-vazia noutro, apenas com base em diferenças relativas às propriedades exemplificadas. E as mesmas ideias são naturalmente generalizáveis a predicados de aridade n (com n maior ou igual a 2),

com a extensão de um predicado desses num mundo a ser identificada com um conjunto de n -tuplos ordenados de objectos, designadamente aqueles objectos — não necessariamente todos eles existentes no mundo em questão — que estão entre si na relação correspondente pela ordem indicada.

Finalmente, a extensão de uma frase declarativa relativamente a um mundo possível m é usualmente identificada com o valor de verdade — supondo a bivalência, o valor V (O Verdadeiro) ou o valor F (O Falso) — que a frase recebe relativamente a m ; obviamente, a extensão de uma frase dada pode assim variar de mundo para mundo. Há de se notar ainda que, para além da relativização da noção de extensão a mundos, na semântica de mundos possíveis — ou, como se pode também dizer, na semântica de índices — é habitual suplementar uma tal relativização introduzindo outros tipos de índices ou parâmetros igualmente relevantes (e.g., tempos, locais, etc.)¹⁰. Assim, por exemplo, poder-se-ia dizer que a extensão de um predicado monádico relativamente a um mundo m e a um tempo t é a classe de todos aqueles objectos — não necessariamente existentes em m ou em t — que satisfazem o predicado relativamente a m e a t ; e a extensão de uma frase com respeito a m e t é o valor de verdade que a frase recebe em m e t : a extensão da frase “Portugal é uma monarquia” com respeito ao mundo actual e ao momento presente é o valor F, mas é o valor V com respeito ao mesmo mundo e a um tempo apropriadamente diferente, digamos uma certa ocasião em 1600.

Dada uma tal caracterização da noção de extensão com respeito aos diferentes tipos de expressão considerados, uma noção correspondente de intensão é introduzida do seguinte modo. Em geral, a intensão de uma expressão é identificada como uma função de mundos possíveis (bem como de outros índices) para extensões apropriadas. Equivalentemente, a intensão de uma expressão é definida como um conjunto de pares ordenados cujos elementos são um mundo possível m (ou, em geral, um certo n -tuplo ordenado por meio de índices) e a extensão da

¹⁰ Ver Kaplan, 1988a.

expressão relativamente a m (ou, em geral, a extensão relativamente à combinação desses índices).

Assim, a intensão de um termo singular é uma função de mundos para objectos (indivíduos nos casos habituais), uma função que projecta cada mundo m no objecto (se existir) que é a extensão do termo relativamente a m . No caso de um designador rígido (e.g., “Sócrates”), essa função é constante: o mesmo objecto é feito corresponder ao termo como sua extensão em todos os mundos (nos mundos onde o objecto não existir nenhuma extensão é assim determinada); no caso de um designador flácido (e.g., “O filósofo que bebeu a cicuta”), a função é variável: diferentes objectos são feitos corresponder ao termo como suas extensões em diferentes mundos.

A intensão de um termo geral é uma função de mundos para classes de objectos (indivíduos nos casos habituais), uma função que projecta cada mundo m na classe (possivelmente nula) de objectos que é a extensão do termo relativamente a m ; como vimos, essa função é em geral variável. Generalizando, a intensão de um predicado de aridade n é uma função de mundos para classes de n -tuplos ordenados de objectos, uma função que projecta cada mundo m na classe (possivelmente nula) de n -tuplos ordenados de objectos que é a extensão do termo relativamente a m .

Finalmente, a intensão de uma frase é a função de mundos possíveis para valores de verdades, uma função que projecta cada mundo m no valor de verdade — V ou F (dada a bivalência) — que é a extensão da frase relativamente a m . Equivalentemente, e numa formulação mais corrente, a intensão de uma frase declarativa é identificável com um conjunto de mundos possíveis: o conjunto de todos aqueles mundos nos quais a frase é verdadeira. As formulações são equivalentes pois, de um conjunto dado de mundos é possível obter a função de mundos para valores de verdade que o caracteriza (essa função mapeia um mundo m no valor V se e só se m pertence ao conjunto dado), e, conversamente, de uma função dada de mundos para valores de verdade é possível obter o conjunto apropriado de mundos (esse conjunto terá um mundo m como elemento se e só se a função dada mapear m no valor V).

Estamos, agora, em condições de identificar a tese central do intensionalismo modal. Trata-se da tese de que, em geral, *significados são intensões*: o valor semântico ou conteúdo de uma expressão linguística é a intensão da expressão, a função de mundos para objectos característica da expressão. Em particular, o conteúdo de dada elocução de uma frase declarativa num contexto é uma certa função de mundos para valores de verdade, ou o conjunto de todos os mundos possíveis nos quais ela é verdadeira; e esse conteúdo é igualmente o conteúdo de qualquer crença, desejo ou outra atitude proposicional exprimível por meio da frase.

O intensionalismo modal identifica assim proposições — conteúdos completos, linguísticos ou mentais — com conjuntos de mundos possíveis. Intuitivamente, a ideia subjacente é a de que cada proposição — o conteúdo de uma afirmação ou de uma crença — introduz uma partição de todas as possibilidades ou alternativas em duas categorias: aquelas que estão de acordo com o que a proposição estabelece (nas quais a proposição é verdadeira) e aquelas que não estão (nas quais a proposição é falsa); e a proposição é, ela própria, identificada com uma tal maneira de repartir circunstâncias, com a função de mundos para valores de verdade que a representa. Se não houver mundos nos quais a proposição é verdadeira, ou seja, se a proposição é uma falsidade necessária, então ela é simplesmente identificada com o conjunto vazio. Se não houver mundos nos quais a proposição é falsa, ou seja, se a proposição é uma verdade necessária, então ela é simplesmente identificada com o conjunto de todos os mundos.

Note-se que, nesta construção, proposições são entidades da teoria dos conjuntos e, logo são, pelo menos num certo sentido, entidades “extensionais”: o sentido no qual é habitual dizer que classes e outras entidades da teoria dos conjuntos são entidades extensionais. Daí a infelicidade da classificação da teoria como intensionalista. Todavia, essa teoria é intensionalista noutro sentido: no sentido em que, em todo o caso, concebe proposições como *intensões* (embora estas sejam modalmente definidas e reduzidas a conjuntos).

O intensionalismo modal tem muitos aspectos que o recomendam. Eis dois desses aspectos:

Primeiro, o intensionalismo modal proporciona uma maneira elegante e precisa de materializar a ideia programática, defendida por diversos linguistas e filósofos¹¹, da qual uma especificação do significado de uma frase declarativa deve ser de, algum modo, executada por meio de uma especificação apropriada das suas condições de verdade, de um conjunto de circunstâncias que sejam separadamente necessárias e, conjuntamente suficientes para que a frase seja verdadeira. Teorias semânticas que adoptam esta ideia genérica são chamadas de teorias *verofuncionalistas* do significado, e são usualmente contrapostas às chamadas teorias do significado como *uso*; no caso das constantes lógicas — e.g., a conjunção — essa oposição é conspícua, com uma explicação do significado das constantes lógicas em termos de (digamos) tabelas de verdade a ser contraposta a uma explicação do seu significado em termos de conjuntos de regras de inferência sintacticamente especificáveis.

O intensionalismo modal é uma das mais importantes variedades de verofuncionalismo. Bem como, pode-se dizer que é uma variedade radical, na medida em que, nela, o significado, conteúdo de uma afirmação ou crença é integralmente *reduzido* a condições de verdade construídas à maneira modal, como conjuntos de circunstâncias ou mundos possíveis. Todavia, é interessante observar que no verofuncionalismo, assim concebido, cabe muita coisa. São igualmente subsumíveis nele, muitas outras teorias, completamente diferentes, do significado; entre estas contam-se, por exemplo, determinadas versões do ponto de vista cognitivista, as teorias referencialistas, as teorias de Davidson e dos seus seguidores¹². Em todo o caso, pode-se argumentar que, dentre as diversas espécies de verofuncionalismo, o intensionalismo modal se recomenda pelo facto de possuir os meios conceptuais para dar a mais cabal e precisa expressão à ideia programática verofuncionalista.

¹¹ Entre os filósofos que subscrevem a ideia estão notoriamente Frege, Ludwig Wittgenstein (no *Tractatus*) e Donald Davidson. Do lado da linguística recente, veja-se por exemplo Chierchia e McConnell-Ginet 1990.

¹² Note-se que em algumas destas teorias não é subscreta a tese forte de uma equação estrita entre significado e condições de verdade.

Para além disso, o intensionalismo modal dá uma forma precisa à ideia central ao verofuncionalismo, pela qual, proposições têm as condições de verdade que têm de um modo não-contingente. Por outras palavras, se uma proposição **p** tem condições de verdade **C**, é verdadeira se, e só se **C**, então **p** não poderia não ter **C** como condições de verdade: necessariamente, **p** é verdadeira se e só se **C**. Sob o intensionalismo modal, este pensamento é simplesmente reduzido à ideia básica e incontroversa de que conjuntos tem os elementos que têm de forma não-contingente. A identidade de um conjunto é integralmente determinada pela identidade dos seus elementos no sentido em que, por exemplo, um conjunto com pelo menos um objecto distinto como elemento seria um conjunto distinto. Como uma proposição é um conjunto de mundos e cada um destes representa uma situação na qual a proposição seria verdadeira (uma condição de verdade), a identidade da proposição é integralmente determinada pela identidade de cada uma dessas situações (as condições de verdade da proposição).

Por outro lado, como pode-se facilmente verificar pelo exposto, o intensionalismo modal acomoda com muita facilidade um conjunto de características que são frequentemente tomadas como definidoras da noção de uma proposição. As mais importantes dessas características são as seguintes:

- a) Proposições são objectos abstractos, sem qualquer localização possível no espaço ou no tempo — como proposições são conjuntos, e conjuntos são objectos abstractos, esta característica é imediatamente garantida pelo intensionalismo modal (o mesmo sucedendo às duas seguintes pela mesma razão);
- b) Proposições são objectos independentes da mente, cuja existência não depende da existência de uma mente que as apreenda, ou mesmo da existência de qualquer mente em geral;
- c) Proposições são objectos independentes da linguagem, cuja existência não depende da existência de uma linguagem

- (mesmo possível) na qual possam ser expressas, ou mesmo da existência de qualquer linguagem em geral;
- d) Proposições são os conteúdos de estados mentais intencionais como crenças, desejos, de eventos linguísticos como elocuições e afirmações;
 - e) Proposições são aqueles objectos que são primariamente portadores de valores de verdade (frases, afirmações, crenças, etc., possuem valores de verdade apenas de um modo derivado, na medida em que os herdaram de proposições);
 - f) Proposições possuem de forma não-contingente as suas condições de verdade, em contraste com aquilo que sucede com itens linguísticos como frases.

Em segundo lugar, o intensionalismo modal permite explicar de forma satisfatória, em termos de noções provenientes da teoria dos conjuntos, um conjunto importante de noções que se referem a relações lógicas e semânticas, entre, e a operações lógicas e semânticas, sobre, conteúdos proposicionais. Trata-se de relações e operações que qualquer teoria adequada do conteúdo tem de acomodar, pois parece ser um facto que proposições são as *relata* das relações em questão e as *operanda* das operações em questão. A relação de *implicação lógica* entre conteúdos proposicionais **p** e **q** é definida em termos da relação de inclusão entre conjuntos; **p** implica logicamente **q** (ou **q** é uma consequência lógica de **p**) se e só, se **p** está incluída em **q**; o conjunto de mundos no qual **p** é verdadeira está contido no conjunto de mundos no qual **q** é verdadeira. A relação de *consistência* entre conteúdos **p** e **q** é definida em termos da operação de intersecção entre conjuntos; **p** e **q** são proposições mutuamente consistentes se e só se a intersecção de **p** com **q** não é vazia; há pelo menos um mundo que pertence a ambas as colecções de mundos. A relação de *equivalência lógica* entre conteúdos proposicionais **p** e **q** é reduzida a relação de identidade entre **p** e **q**, a qual é por sua vez reduzida a uma identidade entre conjuntos; **p** é *logicamente equivalente* a **q** se e só se **p** é idêntica a **q**, ou seja, o conjunto de mundos no qual **p** é verdadeira é precisamente o conjunto de mundos no qual **q** é

verdadeira. A *disjunção inclusiva* de conteúdos é definível em termos da operação de união entre conjuntos; a disjunção inclusiva de **p** com **q** é o conjunto $p \cup q$; o conjunto de todos os mundos no qual **p**, ou **q**, ou ambas, são verdadeiras; e a *negação* proposicional é definível em termos da operação de complementação sobre conjuntos; a negação de **p** é o conjunto $\neg p$; o conjunto de todos os mundos no qual **p** não é verdadeira. Naturalmente, a presunção aqui é a de que as noções da teoria dos conjuntos, usadas na explicação, são bem mais claras do que as noções da teoria do conteúdo proposicional a explicar, uma presunção que parece ser razoável.

No entanto, o intensionalismo modal tem sido alvo de um conjunto de argumentos poderosos que têm sido tomados por muitos como condutores à rejeição em bloco do ponto de vista. Esses argumentos são conhecidos sob a designação genérica de *Argumentos da Omnisciência Lógica*. Todos eles procedem por redução absurdo, consistindo a estratégia seguida em muitos deles em mostrar que o intensionalismo modal tem a seguinte consequência alegadamente inaceitável: tornar falantes e portadores de estados mentais em criaturas logicamente omniscientes, no sentido de sujeitos que estão invariavelmente em posição de conhecer, afirmar, considerar, acreditar, julgar, etc., todas as proposições que sejam consequências lógicas de proposições por eles conhecidas, afirmadas, consideradas, acreditadas, julgadas, etc.

Uma das razões pelas quais resultados indesejáveis são gerados consiste no facto de que, à luz do intensionalismo modal, proposições são *conjuntos* e, como tal, objectos desprovidos de qualquer género de estrutura interna, objectos que em geral não têm quaisquer partes componentes postas em conjunto de acordo com um modo de combinação dado. Com efeito, conjuntos são em geral objectos não estruturados, cuja identidade é apenas sensível — de acordo com o princípio da extensionalidade — à identidade dos seus elementos (e não a qualquer estruturação destes, ou maneira pela qual eles possam ser agrupados). Apesar de as intensões de frases serem governadas por um princípio de composicionalidade funcional, na medida em que elas são computadas a partir das intensões das expressões componentes com base num método de combinação (em geral, a aplicação de uma fun-

ção a um argumento), essas intensões não têm elas próprias quaisquer partes componentes, qualquer estrutura que se assemelhe à estrutura dos seus veículos linguísticos (as frases das quais são intensões).

São, a seguir, introduzidos três argumentos da onisciência lógica, o último dos quais pode ser visto como um caso especial do segundo. Assume-se em todos eles que proposições construídas como conjuntos de mundos são os conteúdos semânticos quer de eventos linguísticos (elocuições, afirmações, etc.) quer de estados mentais intencionais (crenças, desejos, etc.):

O primeiro argumento consiste na observação de que, à luz do intensionalismo modal, quem estiver em posição de afirmar, considerar, acreditar, conhecer, etc., *uma* verdade necessária, afirma, considera, acredita, conhece, etc., nessa base *todas* as verdades necessárias; e, depois, na observação de que tal é absolutamente inaceitável. Note-se que, dado que quaisquer proposições necessariamente verdadeiras são logicamente equivalentes, pois são verdadeiras em todos os mundos possíveis, há uma única verdade necessária: a proposição que consiste no conjunto de todos os mundos. Assim, a proposição que $2+2=4$ e a proposição que a Aritmética Formal é incompleta (o Teorema de Gödel de 1931) são uma e uma só proposição. Logo, se uma pessoa — e.g., uma criança de sete anos — sabe ou diz que $2+2=4$, então ela sabe ou diz nessa base que a Aritmética Formal é incompleta. E se uma pessoa — e.g., um matemático experiente — duvida que a Aritmética Formal seja incompleta (por exemplo por suspeitar que a demonstração de Gödel contém uma falácia), então duvida nessa base que $2+2=4$. Ora, estes relatos de estados epistémicos (conhecimento, dúvida) ou de actos linguísticos (dizeres, afirmações) parecem ser manifestamente incorrectos ou mesmo falsos. (O argumento aplica-se *mutatis mutandis* a proposições impossíveis ou necessariamente falsas, pois há também uma e uma só destas proposições).

Os detalhes são compostos por três premissas: (I) Seja **x V que S** a forma geral de um relato de um acto linguístico ou de uma atribuição de uma atitude proposicional. **S** é aí substituível por uma frase, **V** por um verbo para um acto linguístico (“dizer”, “afirmar”, etc.) ou atitude proposicional (“saber”, “acreditar”, etc.), e **x** por uma designação

de um falante ou sujeito de atitudes. Supõe-se uma análise relacional dos actos e atitudes em questão: uma atribuição que exemplifique a forma é verdadeira num contexto se e só se o sujeito ou falante denotado no contexto por **x** está de facto numa relação, a relação denotada no contexto pelo verbo **V**, com uma proposição, a proposição denotada no contexto pela expressão **que S**; esta proposição é a proposição expressa pela frase **S** no contexto, ou seja, a proposição *que S*. (II) Supõe-se que proposições são conjuntos de mundos possíveis. (III) Finalmente, supõe-se que a proposição *que S* é uma proposição necessariamente verdadeira.

Das premissas (II) e (III) segue-se que qualquer proposição que seja uma verdade necessária é idêntica à proposição *que S*. Assim, seja a proposição *que T* uma proposição qualquer necessariamente verdadeira; tem-se então a identidade: a proposição *que S* = a proposição *que T*. Por fim, da conjunção deste resultado com a premissa (I), segue-se que qualquer atribuição da forma **x V que S** implica logicamente uma atribuição da forma **x V que T** (seja qual for o sujeito e a atitude ou o acto, e para quaisquer proposições necessariamente verdadeiras). Considerando esta conclusão como inaceitável, e dado que a análise relacional proposta na premissa (I) é incontroversa, pelo menos do ponto de vista do espectro de teorias do conteúdo que estamos a considerar, só resta “lançar as culpas” sobre a premissa (II), a tese definidora do intensionalismo modal.

O segundo argumento consiste na observação de que, à luz do intensionalismo modal, quem estiver em posição de ter atitudes de um certo gênero — atitudes como aceitar, afirmar, conhecer, acreditar, etc. — em relação a uma proposição dada, então terá nessa base tais atitudes em relação a qualquer proposição que seja uma consequência lógica daquela proposição; e, depois, na observação de que tal é inaceitável. Note-se se uma proposição **p** implicar logicamente uma proposição **q**, então o conjunto de mundos que **p** representa está incluído no conjunto de mundos que **q** representa. Logo, **p** é idêntica à sua conjunção com **q**: o conjunto de mundos **p** é idêntico ao conjunto de mundos **p**∧**q**. Assim, se um sujeito aceitar, afirmar, acreditar, conhecer, etc., uma proposição **p**, então aceita, afirma, acredita, conhece, etc.,

a conjunção **p e q** (em que **q** é uma consequência lógica de **p**); e segue-se daí que o sujeito aceita, afirma, acredita, conhece, etc., **q**. Por exemplo, se uma pessoa — e.g., um aluno de um curso elementar de lógica — conhece, aceita, ou afirma uma proposição que tenha a forma da negação de uma conjunção, **não-(p e q)**, então conhece, aceita, ou afirma assim a proposição **não-p ou não-q**. De novo, estas descrições parecem ser manifestamente incorrectas ou mesmo falsas: são bem conhecidas as dificuldades que os estudantes de lógica têm, no início, com aplicações das leis de De Morgan.

Os detalhes do segundo argumento são os seguintes. As premissas (I) e (III) são exactamente como no primeiro argumento. A premissa (II) é agora a seguinte: a proposição *que T* é uma proposição qualquer que seja uma consequência lógica da proposição *que S*. E uma nova premissa é necessária para fazer correr o argumento, a premissa (IV), a qual estabelece o seguinte: para algumas substituições de **V** (para verbos como “dizer”, “afirmar”, “acreditar”, “saber”, e outros), o seguinte esquema de inferência é válido: **x V que S e T**; logo, **x V que T**; um exemplo é a inferência, manifestamente correcta, de “O João diz (afirma, sabe, pensa) que a Malásia é uma monarquia e Portugal uma républica” para “O João diz (afirma, sabe, pensa) que Portugal é uma républica”. Note-se que este esquema de inferência, ao qual se pode chamar *Fecho sob a Eliminação da Conjunção*, não é aplicável a todas as atitudes proposicionais e actos linguísticos; por exemplo, o esquema gera uma invalidade se **V** for substituída por “duvidar”. Das premissas (II) e (III) segue-se que a proposição *que S* é idêntica á proposição *que S e T*. Logo, pela premissa (I), transita-se de **x V que S** para **x V que S e T**. Aplicando então a premissa (IV) e restringindo adequadamente as substituições de **V**, tem-se **x V que T**. Dado que a premissa (IV) é fortemente plausível, o veredicto é similar ao do argumento (1), com a *reductio* a ser exercida sobre a premissa (II).

O terceiro argumento consiste na observação de que, à luz do intensionalismo modal, quem estiver em posição de aceitar, afirmar, acreditar, considerar, acreditar, conhecer, etc., *uma* falsidade necessária, aceita, afirma, considera, acredita, conhece, etc., nessa base *todas as proposições*; e, depois, na observação de que tal é absolutamente

inaceitável: como é que, por exemplo, uma pessoa pode estar em posição de acreditar em *tudo* (caso acredite em apenas *uma* falsidade necessária)? Note-se que, dado que uma proposição necessariamente falsa é identificada com o conjunto vazio, pois não é verdadeira em nenhum mundo possível, segue-se que qualquer proposição é uma consequência lógica de uma falsidade necessária: o conjunto vazio de mundos está contido em qualquer conjunto de mundos. Assim, se uma pessoa — e.g., um matemático experiente — acredita que a Aritmética Formal é completa (por julgar erroneamente ter uma demonstração correcta da completude), então ela acreditará nessa base no que quer que seja, e.g., que as baleias são peixes ou que $2+2=5$. Talvez de uma forma ainda mais óbvia do que no primeiro argumento, estas atribuições parecem ser manifestamente incorrectas, ou mesmo falsas.

O terceiro argumento pode ser obtido do segundo argumento fazendo a proposição *que S* ser uma falsidade necessária, o que garante imediatamente que a proposição *que T* seja uma sua consequência lógica. Note-se ainda que o terceiro argumento não é válido para todas as atitudes proposicionais, mas apenas para aquelas que satisfazem o esquema do Fecho sob a Eliminação da Conjunção; assim, o intensionalismo modal *não* está comprometido, por exemplo, com o resultado de que quem duvidar de uma falsidade necessária, duvida de tudo.

O balanço que pensamos que deve ser feito acerca do alcance e força dos argumentos da omnisciência lógica é o seguinte. Apesar de eles não constituírem refutações definitivas do intensionalismo modal — é difícil, em Filosofia, que algo seja uma refutação definitiva do que quer que seja! —, e poderem ser objecto de réplicas razoáveis¹³, o fardo que impõem sobre essa teoria é gigantesco. De facto, é extremamente difícil fazer passar a ideia de que as consequências acima notadas da teoria, cuja implausibilidade parece ser conspícua, são afinal aceitáveis; é, por exemplo, difícil erradicar as intuições no sentido de que uma pessoa que afirme que o número dois não é ímpar *não* pode de todo ser vista como estando assim a afirmar qualquer verdade necessária, em especial uma verdade matemática extrema-

¹³ Veja-se Stalnaker, 1987: Capítulo I.

mente complicada e ainda por demonstrar. Penso, por conseguinte, que devemos preferir teorias do conteúdo que, em parte em virtude do facto de postularem conteúdos estruturados, não têm aquele género de resultados e são imunes aos argumentos da omnisciência lógica; nas secções seguintes, consideramos as duas principais teorias, ou famílias de teorias, desse tipo.

Todavia, o facto de rejeitarmos o intensionalismo modal não significa nem que abandonemos o aparato conceptual da semântica de mundos possíveis, nem que rejeitemos todas as teses semânticas subscritas pela teoria. Em relação ao primeiro aspecto, penso que o conjunto de noções e técnicas provenientes da semântica de mundos possíveis é um instrumento extremamente conveniente para a clarificação de muitas noções e teses na área, pelo que deve ser usado sempre que tal se revelar vantajoso; é bom notar que um tal aparato é divorciável, não só da tese definidora do intensionalismo modal, a tese de que proposições são colecções de mundos possíveis, como também de uma concepção metafísica realista de pendor radical acerca de mundos possíveis, segundo a qual mundos possíveis são objectos concretos auto-subsistentes, cuja existência é primitiva e não uma mera construção lógica a partir de outros tipos de objectos (objectos actuais)¹⁴. Em relação ao segundo aspecto, penso que algumas das ideias e princípios semânticos adoptados pelo intensionalismo modal são inteiramente correctos e devem ser preservados, especialmente a tese verofuncionalista de que há uma conexão estreita entre significado e condições de verdade.

Posto isto, voltemo-nos agora para as teorias referencialistas do conteúdo singular.

Referencialismo

Numa primeira formulação, o contraste entre Referencialismo e Cognitivismo pode ser resumidamente descrito do seguinte modo: para o Referencialismo, os significados são exteriores à mente e à lingua-

¹⁴ Lewis, 1986.

A presente edição foi composta pela PUCPress e impressa em papel *pólen* 75 g/m² (miolo) e papel supremo 250 g/m² (capa), em novembro de 2016.

O tema da Linguagem ocupa um lugar central na Filosofia do século XX. Sob o influxo do giro linguístico, a Filosofia redefine não só a Ontologia como também a Epistemologia, a Ética, a Estética e a Lógica. Os estudos que compõem esta obra constituem uma espécie de álbum de onde se pode visualizar certas notas características do grande debate a respeito do tema. Reunindo pesquisadores de diferentes universidades o livro pretende ocupar um espaço que sirva de referência não somente para os que iniciam suas pesquisas como também para aqueles que pretendem ampliar o debate em Filosofia da Linguagem.

 PUCPRESS

ISBN 978-85-54945-73-2



9 788554 945732